

ENSINO/APRENDIZAGEM DE INGLÊS: UMA ABORDAGEM SOCIOPOLÍTICAElias Ribeiro da SILVA¹

RESUMO: Neste artigo, discute-se a relevância de professores e pesquisadores da área de Linguística Aplicada atentarem para os aspectos sociopolíticos do ensino/aprendizagem de língua estrangeira (inglês). O texto encontra-se dividido em três seções. Na primeira, são discutidos os fatores sociopolíticos que justificam a introdução da língua inglesa no currículo da Escola Brasileira. Na seção seguinte, problematiza-se a pesquisa que vem sendo realizada na área de Linguística Aplicada e, na terceira e última seção, destaca-se o surgimento de uma perspectiva crítica nas pesquisas da área e conclui-se advogando a favor de uma maior ênfase no viés político do uso/aprendizagem da linguagem.

Palavras-chave: Linguística Aplicada; Política Linguística; Ensino de Inglês como Língua Estrangeira.

ABSTRACT: In this paper, one discusses the importance of teachers and researchers in the field of Applied Linguistics in considering the sociopolitical aspects of a foreign language teaching and learning process. The paper is divided in three sections. In the first one, it is pointed out the sociopolitical motivations of English Language Teaching in Brazilian Schools. In the following section, the research that has been conducted in Applied Linguistics is discussed. The last section focuses on the emergence of a critical research trend in this field and argues for the necessity of emphasizing the sociopolitical aspects of use/learning languages.

Keywords: Applied Linguistics; Language Policy; Teaching English as a Foreign Language.

1. Por que ensinar inglês na escola brasileira?

A língua inglesa está oficialmente presente no currículo da Rede Oficial de Ensino Brasileira desde o Império. Ao longo desse período, o *status* da disciplina de Língua e Literatura de Língua Inglesa modificou-se diversas vezes, como atesta a legislação oficial sobre o assunto (Cf. Oliveira, 1999, 2006).

Até as primeiras décadas do século XX, os argumentos a favor da manutenção da disciplina no currículo relacionavam-se, por um lado, à importância do cânone literário inglês, e, por outro, ao intercâmbio comercial entre Brasil e Inglaterra, ao longo dos períodos colonial e imperial, e Brasil e Estados Unidos, a partir das primeiras décadas do século XX.

Modernamente, o ensino/aprendizagem de língua inglesa na Escola Brasileira justifica-se fundamentalmente pela presença majoritária do inglês no mundo contemporâneo (para alguns, a língua inglesa teria adquirido o *status* de língua franca).

Nos *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira (PCNs de LE)*, documento que baliza o ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras na Rede Oficial de

¹ Aluno do curso de Doutorado em Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Bolsista CNPq (Processo n.º. 140306/2007-2).

Ensino, são elencados três critérios que devem ser considerados para a inclusão de uma língua estrangeira (LE) no currículo oficial: fatores históricos, fatores relativos às comunidades locais, e fatores relativos à tradição.

No documento, afirma-se o seguinte sobre os fatores históricos:

Os fatores históricos estão relacionados ao papel que uma língua específica representa em certos momentos históricos da humanidade, fazendo com que sua aprendizagem adquira maior relevância. A relevância é frequentemente determinada pelo papel hegemônico dessa língua nas trocas internacionais, gerando implicações para as trocas interacionais nos campos da cultura, da educação, da ciência, do trabalho etc. O caso típico é representado pelo inglês, em função do poder e da influência da economia norte-americana. Essa influência cresceu ao longo deste século [Século XX], principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, e atingiu seu apogeu na chamada sociedade globalizada e de alto nível tecnológico, em que alguns indivíduos vivem neste final de século. O inglês, hoje, é a língua mais usada no mundo dos negócios, e em alguns países, como Holanda, Suécia e Finlândia, seu domínio é praticamente universal nas universidades. (Brasil, 1998, p. 22-3).

Como se pode observar na passagem acima, uma das justificativas para a inserção de uma LE no currículo da Rede Oficial de Ensino é de ordem geopolítica: uma língua hegemônica deve ser ensinada à população por questões práticas. O inglês é tomado como exemplo de língua hegemônica, sendo que sua hegemonia é relacionada à influência socioeconômica dos Estados Unidos da América no cenário internacional pós Segunda Guerra Mundial e à consolidação do processo de globalização da economia mundial.

2. A pesquisa atual sobre o ensino de inglês como LE

Dada a importância da língua inglesa no mundo moderno, um grande número de pesquisas sobre o ensino/aprendizagem de inglês como LE vêm sendo realizadas desde, pelo menos, a década de 1980. Pesquisadores das áreas de Educação, Linguística e, particularmente, da Linguística Aplicada (LA) têm buscado compreender os problemas envolvidos no ensino/aprendizagem dessa língua.

Contudo, as pesquisas desenvolvidas no Brasil têm focalizado majoritariamente questões de ordem metodológica envolvidas no ensino/aprendizagem de LE. Conseqüentemente, as questões de caráter sociopolítico relacionadas ao ensino da língua inglesa têm recebido pouca atenção. Esse descompasso fica evidente na literatura especializada da área, na qual o número de pesquisas sobre questões de caráter metodológico supera em muitas vezes o de discussões de temas sociopolíticos relacionados ao ensino/aprendizagem da língua inglesa na sociedade brasileira.

A preocupação com os aspectos sociopolíticos do ensino/aprendizagem de línguas se insere em uma nova tendência de pesquisa na área de LA. A partir da segunda metade da década de 1990, verifica-se o surgimento de um grupo de lingüistas aplicados que reivindicam uma postura mais “política” por parte dos pesquisadores da área, isto é, argumenta-se que as pesquisas deveriam, mais freqüentemente, voltar-se para os aspectos sociopolíticos do uso/aprendizagem da linguagem. Pennycook (1998, 2001, 2003, 2006), um dos principais proponentes dessa “nova” LA, a denomina de *Lingüística Aplicada Crítica (Critical Applied Linguistics)*. No contexto brasileiro, Rajagopalan (2003, 2006) e Moita Lopes (2006) são alguns dos que têm defendido essa abordagem crítica.

Esse novo paradigma já pode ser observado nas pesquisas de algumas das principais subáreas da LA, como é o caso da Avaliação de Proficiência em LE. Vários autores da área têm discutido a utilização de exames de proficiência em LE como instrumento de políticas lingüísticas e culturais.

McNamara (2000), Shohamy (2001), Spolsky (1997), entre outros pesquisadores, têm apontado os usos não convencionais dos exames de proficiência nas diferentes esferas sociais e nos diferentes momentos históricos. Fulker (2003), por exemplo, afirma que o primeiro teste de proficiência oral em língua inglesa desenvolvido nos Estados Unidos, *The College Board's English Competence Examination*, embora, a princípio, tenha sido desenvolvido para a seleção de alunos estrangeiros que pretendiam estudar em universidades norte-americanas, desempenhou um papel central na política de imigração daquele país durante e depois da Segunda Guerra Mundial.

Como aponta Shohamy (2001), enquanto, por muitos anos, a busca de testes confiáveis dominou a agenda da área de avaliação, um número cada vez maior de pesquisadores têm constatado que os testes não podem ser vistos como instrumentos neutros.

Para McNamara (2000), é possível relacionar a avaliação a dois tipos de políticas: sociais e educacionais. Para ilustrar como testes de proficiência podem ser usados como instrumentos de políticas sociais, o autor cita um exame desenvolvido na década de 1960 pela Real Polícia Montada Canadense com o objetivo de excluir de seus quadros recrutas homossexuais. McNamara cita ainda a utilização desse tipo de exame pelo Governo Australiano para selecionar “candidatos” a refugiados durante a Segunda Grande Guerra. Os candidatos, muitos deles judeus que fugiam do Nazismo e do Fascismo na Europa, eram submetidos a exames de proficiência em diferentes línguas (além do inglês) até serem reprovados e, conseqüentemente, impedidos de migrar para a Austrália.

Partindo das questões levantadas nas duas primeiras partes deste texto, objetiva-se, na próxima seção, discutir a produtividade de se pensar o ensino/aprendizagem de inglês como LE no contexto brasileiro a partir de sua face sociopolítica e, mais especificamente, pelo viés da política lingüística, tendo em vista a pouca ou nenhuma atenção que os lingüistas aplicados brasileiros têm dispensado ao tema.

3. Ensino/Aprendizagem de LE (inglês) e política lingüística

O conceito de *política lingüística* (*language policy*) foi desenvolvido por pesquisadores da Sociolingüística para designar, como aponta Calvet (2007), “a determinação das grandes decisões [políticas] referentes às relações entre as línguas e a sociedade” (p. 11). Ainda segundo Calvet, a implementação de uma política lingüística recebe o nome de *planejamento lingüístico* (*language planning*). É o que ocorre, por exemplo, quando, em países plurilíngües, as autoridades elegem uma das línguas locais como língua oficial do Estado, em detrimento das demais. Na grande maioria das vezes, a escolha de uma língua como língua oficial ou nacional deve-se ao poder econômico e político de seus falantes.

No Brasil, são exemplos de política lingüística e de planejamento lingüístico a imposição do português como língua oficial do país (e a conseqüente proibição do uso de línguas indígenas) pelo Marquês de Pombal durante o Período Imperial, assim como a proibição do uso de línguas ditas “estrangeiras” por comunidades de imigrantes durante a Era Vargas.

Da mesma forma que desenvolvem políticas para as línguas locais, as autoridades político-educacionais de um país podem desenvolver uma política lingüística para as línguas estrangeiras. A política lingüística da Era Vargas, mencionada acima, exemplifica esse tipo de ação do Estado. Como se sabe, o Presidente Getúlio Vargas, na esteira das campanhas de nacionalização anteriores ao seu governo (a primeira data de 1911), implementou uma série de medidas (o planejamento lingüístico) visando a expurgar do território nacional aquelas línguas que ameaçariam a unidade do Estado (a política lingüística).

Em *A política da língua na Era Vargas* (2006), obra que resultou de sua tese de doutoramento, Campos investigou, a partir de documentos oficiais do Período Vargas, confrontados com textos escritos por imigrantes e descendentes de imigrantes alemães no Sul do Brasil, os investimentos feitos pelo Estado Brasileiro, particularmente na área da educação, na tentativa de sufocar o uso de línguas estrangeiras no território nacional.

Estudos como o de Campos têm revelado que políticas lingüísticas como as implementadas pelo Marquês de Pombal e pelo Presidente Getúlio Vargas são orientadas pela

idéia tradicional (que ganha força a partir do século XIX) segundo a qual a cada Estado Nacional corresponderia um território e uma língua. Pode-se afirmar, portanto, que esse tipo de política lingüística é herdeira de uma longa tradição que vê o monolingüismo como ideal e como forma de construção ou manutenção da unidade do Estado.

Em sentido contrário, o Estado também pode incentivar a aprendizagem de uma língua estrangeira. É o que vêm acontecendo com a língua espanhola no Brasil nos últimos anos, uma vez que, tendo em vista a consolidação pelo menos parcial do Mercosul e a crescente presença de empresas espanholas e latino-americanas no país, as autoridades educacionais têm incentivado a inserção da língua espanhola na grade curricular (Fernández, 2005). Considere-se, nesse sentido, que a Lei 11.161, promulgada em 2005, determina que o espanhol deve integrar a grade da Rede Oficial de Ensino até 2010.

Para alguns autores, o investimento estatal na difusão internacional de suas línguas nacionais atesta que o ensino/aprendizagem de uma LE pode ser considerado como fatos de política lingüística. Graddol (2006), por exemplo, destaca o crescente interesse do Governo Espanhol em incentivar a aprendizagem da língua espanhola nos países com os quais mantêm relações comerciais. A difusão do espanhol no Brasil, discutida acima, parece ratificar a posição de Graddol.

Em relação ao inglês, Phillipson (1992), em sua análise do chamado *Imperialismo Lingüístico da Língua Inglesa*, afirma, a partir de documentos oficiais dos governos norte-americano e inglês, que a difusão da língua inglesa ao longo do século XX (patrocinada por esses dois países via Conselho Britânico, por exemplo) atendeu a interesses políticos e econômicos dessas nações.

Assim, o interesse econômico, político e cultural por trás da expansão atual da língua espanhola, denunciado por Graddol, não constitui uma prática nova. O governo espanhol está somente atualizando uma prática (de política lingüística e cultural) largamente utilizada ao longo da história. Algo semelhante vem acontecendo, particularmente na última década, com relação à língua portuguesa.

Embora o conceito de política lingüística seja muito produtivo na discussão de práticas sociais que têm a linguagem como centro, ele circula a relativamente pouco tempo do contexto acadêmico brasileiro, como aponta (Oliveira, 2006) no prefácio ao livro de Calvet citado anteriormente. Para o autor, a pouca atenção dispensada à questão pelos pesquisadores brasileiros parece se relacionar à ideologia da língua única que atravessa o país desde o Período Colonial e que camufla a realidade multilingüe do país.

Tendo se originado na Sociolingüística, o conceito de política lingüística foi introduzido no meio acadêmico brasileiro principalmente por pesquisadores da Análise do Discurso (da chamada linha francesa), particularmente a partir dos estudos desenvolvidos dentro do projeto *História das Idéias Lingüísticas no Brasil*, no qual estão envolvidos pesquisadores de várias universidades brasileiras (ORLANDI, 2002, 2007). Esses trabalhos, na sua maioria, ou focalizam as políticas lingüísticas para a língua portuguesa (enquanto língua dita nacional) ou as políticas desenvolvidas para as línguas minoritárias como aquelas faladas por comunidades indígenas e de imigrantes.

Nas pesquisas brasileiras da área de Lingüística Aplicada, particularmente na subárea de Ensino/Aprendizagem de Língua Estrangeira, são raros os trabalhos que operacionalizam o conceito de política lingüística. Isso parece estar relacionado à pouca atenção que, tradicionalmente, tem sido dispensada aos fatores de ordem sociopolítica nos estudos da área, pois, como se apontou anteriormente neste trabalho, as pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas na Lingüística Aplicada Brasileira têm privilegiado o viés metodológico do ensino/aprendizagem de línguas.

O que parece justificar esse desinteresse histórico pelas questões sociopolíticas envolvidas no ensino/aprendizagem de línguas é a crença segundo a qual a aprendizagem de uma língua consistiria somente na aquisição de um novo sistema lingüístico, isto é, de um novo código. Ignora-se que a aprendizagem de uma língua também envolve o contato com os códigos cultural e ideológico relacionados a essa língua. Seria correto afirmar, portanto, que o desinteresse pelos aspectos sociopolíticos do ensino de línguas tem sua origem em uma concepção tradicionalmente de linguagem, segundo a qual as línguas são transparentes e apolíticas.

Como se buscou demonstrar ao longo deste trabalho, mais do que pertinente, a preocupação com a face política do ensino/aprendizagem de línguas é uma necessidade que se impõe à Lingüística Aplicada atual. Não é mais possível negar o político na linguagem em nome de um fazer científico supostamente objetivo, não ideológico. Da mesma forma, não é mais possível negar o atravessamento da linguagem pela ideologia. A linguagem é inescapavelmente política e ideológica e, portanto, ensinar e aprender uma língua estrangeira é envolver-se no fato político.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira** / Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- CALVET, L.-J. **As políticas lingüísticas**. Trad. Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo, SP: Parábola Editorial: IPOL, 2007. (Coleção Na Ponta da Língua; 17).
- CAMPOS, C. M. **A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistência no Sul do Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.
- FERNÁNDEZ, F. M. El español en Brasil. In.: SEDYCIAS, J. (org.) **O ensino do espanhol no Brasil: passado, presente, futuro**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2005, p. 14-34. (Coleção Estratégias de Ensino; 1).
- FULCHER, G. **Testing Second Language Speaking**. London, UK: Pearson and Longman, 2003.
- GRADDOL, D. **English Next: Why global English may mean the end of 'English as a Foreign Language'**. [S.l.]. British Council, 2006. Disponível em: <http://www.britishcouncil.org>. Acesso em novembro de 2007.
- McNAMARA, T. **Language testing**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2000.
- MOITA LOPES, L. P. da. Lingüística Aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que tem orientado a pesquisa. In.: MOITA LOPES, L. P. da. (org.) **Por uma lingüística aplicada indisciplinar**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2006, p. 84-107 (Linguagem 19).
- OLIVEIRA, G. M. de. Prefácio à obra **As políticas lingüísticas**. CALVET, L.-J. Trad. Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo, SP: Parábola Editorial: IPOL, 2007. (Coleção Na Ponta da Língua; 17).
- OLIVEIRA, L. E. M. de. **A historiografia brasileira da literatura inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)**. 1999. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.
- _____. **A instituição do ensino de línguas vivas no Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809-1890)**. 2006. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2006.
- ORLANDI, E. O. (org.). **Política lingüística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.
- _____. **Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias lingüísticas no Brasil**. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

PENNYCOOK, A. A Lingüística Aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. In.: SIGNORINI, I. & CAVALCANTI, M. C. (orgs.) **Lingüística aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998, p. 23-49.

_____. **Critical applied linguistics: a critical introduction**. Mahwah, NJ, USA; London, UK: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.

_____. Lingüística Aplicada Pós-Occidental. In.: CORACINI, M. J. & BERTOLDO, E. S. (orgs.) **O desejo da teoria e a contingência da prática: discursos sobre e na sala de aula (língua materna e língua estrangeira)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003, p. 21-59.

_____. Uma Lingüística Aplicada Transgressiva. In.: MOITA LOPES, L. P. da. (org.) **Por uma lingüística aplicada indisciplinar**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2006, p. 67-84 (Linguagem 19).

PHILLIPSON, R. **Linguistic Imperialism**. Oxford, UK: Oxford University Press, 1992.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma lingüística crítica: linguagem identidade e a questão ética**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2003 (Linguagem 4).

_____. Repensar o papel da Lingüística Aplicada. In.: MOITA LOPES, L. P. da. (org.) **Por uma lingüística aplicada indisciplinar**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2006, p. 149-168 (Linguagem 19).

SHOHAMY, E. **The power of the tests: A critical perspective on the uses of language tests**. Essex, UK: Longman, 2001.

SPOLSKY, B. The ethics of gatekeeping tests: what have we learned in a hundred years: In.: **Language Testing**. Vol. 14, No. 3, Nov, 1997, p. 242-247.